

AGROECOLOGIA E CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO: QUEBRANDO PARADIGMAS, TRANSFORMANDO VIDAS

Fernanda Cruz

O sertão dos dias atuais não é mais o mesmo de outrora. A agroecologia tem se mostrado uma chave para construção de novas relações no campo, para a recuperação de paisagem e para a garantia da segurança alimentar e nutricional das pessoas, deixando para trás a escassez que já foi tão presente na vida do povo sertanejo. Essa realidade também tem favorecido pequenos grupos e cooperativas, revelando toda a potência de um povo, que, por meio da comercialização do que produz, gera renda e amplia a sua capacidade de investimento local.

Sertão. Região do interior, com povoação escassa e longe dos núcleos urbanos, onde a pecuária se sobrepõe às atividades agrícolas; região de vegetação esparsa e solo arenoso e salitroso, sujeito a secas periódicas; terreno coberto de mato, afastado da costa; o interior do país. Eis que o “interior do país”, como conceitua o *Dicionário Michaelis*, foi por muito tempo visto como lugar de atraso e de miséria. As intempéries do clima, atreladas à falta de políticas públicas estruturantes, sobretudo de acesso à água, forçaram as populações camponesas a viver em estado de êxodo.

Até a primeira metade do século XVII, o sertão nordestino era território indígena.

Eles e elas viviam de modo nômade para fugir das secas anuais, das longas estiagens e das enchentes nos anos chuvosos (MEDEIROS FILHO, 1988 apud SILVA, 2004). Após esse período, a ocupação branca está centrada: (i) na exploração de minerais preciosos nas margens do Rio São Francisco; (ii) na pecuária; (iii) e na fuga dos colonizadores do litoral em razão da ocupação holandesa (SILVA, 2004, p. 33).

Segundo Bursztyn (2008), é no contexto histórico baseado em relações paternalistas da sociedade patriarcal que a estrutura social rural se constitui. A pecuária acabou ocupando um papel central na ocupação, fazendo largo uso de mão de obra negra e

indígena escravizada, além de uma parcela da população livre empobrecida, que não se enquadrava no regime escravocrata (CERQUEIRA, 1989, p. 38 apud PORTO, 2018). Ou seja, estamos falando de uma região onde a agricultura teve como base a escravidão e o monocultivo, cujas consequências geraram conflitos que se refletem até os dias atuais.

No caso da sociedade local, o paternalismo funciona como instrumento essencial para o esquema de legitimação dos coronéis. [...] porque se apresenta como um mecanismo eficaz na consolidação das relações de dependência que subordinam os trabalhadores aos caciques locais, tanto em nível econômico como social. [...] e como dependência lógica, essa dependência irá refletir-se no nível político, onde os poderosos locais sempre lograram impor sua vontade, desde a época colonial [...] (BURSZTYN, 2008, p. 41).

Soma-se a essa realidade tão incrustada na vida do povo sertanejo a opção política por projetos de desenvolvimento social e econômico centrados nas grandes estruturas hídricas, em benefício de grandes extensões de terra. Para o economista Celso Furtado, o problema estava na política nacional de industrialização a partir do Sudeste, na concentração de terra em latifúndios e no uso dos poucos solos agricultáveis para uma agricultura de exportação em detrimento da produção de alimentos.

Nada é mais importante para o desenvolvimento do Nordeste do que o aumento da resistência da região aos efeitos das secas. Nunca será demais afirmar que estas

são parte da realidade nordestina, como as neves perenes são parte do mundo dos esquimós. Ninguém duvida que o impacto das secas seria menos negativo se a economia nordestina fosse mais bem adaptada à realidade ecológica regional, particularmente se a estrutura agrária não a tornasse tão vulnerável à produção de alimentos populares. Se o rápido crescimento das décadas de 1960 e 1970 aumentou a vulnerabilidade da região, é porque o verdadeiro problema não está em aumentar a produção, e sim na impropriedade das estruturas (FURTADO, 2009, p. 24).

A ocupação e as atividades econômicas sem qualquer preocupação com a fauna e flora locais acabam por aumentar os efeitos da seca, que passa então a ser um problema para o desenvolvimento rural e intensifica a migração, pois o próprio povo desacredita na capacidade de produção do solo. É esse sertão pobre e seco que inspira clássicos da literatura, da música e das artes.

Essas obras registraram fatos poéticos e também históricos, entre eles as principais secas ocorridas na região e seus impactos. Ao mesmo tempo, também ajudaram a construir o imaginário sobre a região, na qual a culpa de todas as mazelas é a falta de chuva. Isso sem contar a representação midiática, que, embora em proporção muito menor, até os dias atuais estereotipa o sertanejo como um povo retirante e somente isso.

O sertanejo era apresentado ao Brasil pelas lentes da imprensa da capital, da imprensa do Sudeste, para onde os migrantes se dirigiam, com todas as distorções que o preconceito pode gerar. Mas não foi apenas

a imprensa que criou a imagem da miséria atribuída à região. Nas artes plásticas, Candido Portinari pinta, em 1944, a série *Os Retirantes*, apresentando figuras esqueléticas que partem do sertão. Na literatura, Rachel de Queiroz publica, em 1930, o romance *O Quinze* e João Cabral de Melo Neto escreve, entre 1954 e 1955, o poema “Morte e Vida Severina”. Em 1965, o poema foi adaptado para o teatro, por Chico Buarque de Hollanda, e em 1976 ganhou versão para o cinema, sob a direção de Zelito Viana (BROCHARDT, 2013, p. 29).

As secas e a migração ainda são realidades no sertão e as vítimas continuam sendo os mais pobres. Os grandes latifúndios e o coronelismo, embora em menor proporção, ainda permanecem vivos e assombam os pequenos agricultores. Silva (2004) explica que as políticas de modernização implementadas ao longo dos anos acabaram favorecendo a concentração de terra e água, aumentando assim as desigualdades. Ao que tudo indicava, o futuro do sertão brasileiro, que também ficou conhecido como o Nordeste das Secas e atualmente é chamado de semiárido,¹ parecia pouco promissor.

Mas quem nunca ouviu a clássica expressão “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”? Canudos,² na Bahia; Pau de Colher,³ entre Pernambuco e Piauí; e Caldeirão,⁴ no Ceará, são exemplos da tentativa de romper com o coronelismo, de pensar novos modos de produção e de partilha da terra, da água e de alimentos, numa demonstração de resistência e sabedoria do povo.

A partir da década de 1970, a ação da sociedade civil organizada, tendo como

destaque as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), com o método “ver, julgar e agir”, foi fundamental para a valorização do conhecimento local e a revitalização das comunidades rurais. Ainda não se falava em agroecologia, mas as práticas apontavam para uma agricultura alinhada com o conhecimento local e com a natureza.

Do ponto de vista sócio-organizativo, disseminaram-se diversificados processos coletivos e de ajuda mútua para a gestão de recursos ou para a execução de serviços comunitários. As casas de farinha, as roças coletivas, os bancos de sementes, os mutirões e outras modalidades de associativismo são alguns exemplos dessas iniciativas. Do ponto de vista técnico, irradiaram-se processos de experimentação de práticas e métodos alternativos aos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, tais como adubação orgânica, a adubação verde, as plantas medicinais, os métodos naturais de controle de pragas etc. (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

Em 1980, com o fim da ditadura, novas organizações de assessoria protagonizaram o debate sobre o que seria a “agricultura alternativa”, em contraponto à Revolução Verde. Para Petersen e Almeida (2006), a construção do movimento agroecológico só foi possível graças à interação das comunidades e organizações rurais estimuladas pelas CEBs com as instituições, algumas delas já atuantes no Nordeste, comprometidas com a viabilidade social e econômica da agricultura familiar. Ana Maria Primavesi já era uma referência no tema, a partir dos seus estudos sobre solos, e é nesse período

que ocorre o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (Ebaa).

Em 1983, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE (uma das ONGs brasileiras mais antigas) passa a apoiar o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), que foi o embrião para a construção do movimento agroecológico no Brasil e sendo responsável – em boa medida – pela criação das principais ONGs do campo da agroecologia no Brasil. Inicialmente, esse “campo de atuação” passou a se reconhecer como “agricultura alternativa”, na perspectiva de ser uma alternativa ao modelo hegemônico da Revolução Verde, que se intensificava no país e no mundo (PORTO, 2018, p. 31).

Nessa mesma década, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a então Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) publicam o documento *Convivência do Homem com a Seca*. Essa foi uma primeira proposta governamental que apontava uma perspectiva de diálogo e não de enfrentamento à questão climática. Segundo Silva (2004), “a linha básica de ação do programa era a criação de infraestrutura de captação e armazenamento de água de pequeno porte, em propriedades de pequenos agricultores [...]”. Foi nesse mesmo período que o sertão passou a ser denominado semiárido.⁵

Ao longo dos anos – desde a época do Brasil Colônia –, mais de 1 milhão de pessoas já havia morrido no semiárido em decorrência da seca. O ano de 1993 marca um novo ciclo para o povo sertanejo. Mais uma seca estava instalada, mas a reação popular

foi diferente. Em vez de ficar apenas esperando pelas ações emergenciais do Estado, a sociedade civil organizada ocupou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cobrando do governo ações permanentes de desenvolvimento. Mais do que um movimento de reivindicação, esse foi um período de articulação de diversos atores, que se reuniram posteriormente no Fórum Nordeste, dando origem a diversos fóruns locais, a exemplo do Fórum Seca (PE), do Forcampo (RN) e da Articulação no Semiárido Paraibano. Em 1998, a sociedade civil ocupou novamente a Sudene, cobrando respostas do governo ao pleito de anos atrás.

Em 1993, a ocupação da sede da Sudene no Recife por mais de 400 trabalhadores e trabalhadoras rurais potencializou o papel e as reivindicações dos movimentos sociais frente ao Estado. Naquele ano, outra estiação atingia a região e os agricultores e agricultoras, assim como movimentos sociais atuantes na ocupação, pautavam a necessidade de políticas mais efetivas e estruturantes para fazer frente à situação em que se encontrava a população. Ainda em 1993, em decorrência da mobilização proporcionada pela ocupação da Sudene, mais de 300 entidades envolveram-se na organização do seminário “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro”, que teve como principal desdobramento a criação do Fórum Nordeste e a proposta de um “Programa de Ações Permanentes”. Este Fórum tornou-se um aglutinador das distintas organizações sociais que criticavam as ações de combate à seca e pleiteavam alternativas de convivência com o Semiárido (Porto, 2018, p. 32).

que ocorre o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (Ebaa).

Em 1983, a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – FASE (uma das ONGs brasileiras mais antigas) passa a apoiar o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), que foi o embrião para a construção do movimento agroecológico no Brasil e sendo responsável – em boa medida – pela criação das principais ONGs do campo da agroecologia no Brasil. Inicialmente, esse “campo de atuação” passou a se reconhecer como “agricultura alternativa”, na perspectiva de ser uma alternativa ao modelo hegemônico da Revolução Verde, que se intensificava no país e no mundo (PORTO, 2018, p. 31).

Nessa mesma década, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a então Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) publicam o documento *Convivência do Homem com a Seca*. Essa foi uma primeira proposta governamental que apontava uma perspectiva de diálogo e não de enfrentamento à questão climática. Segundo Silva (2004), “a linha básica de ação do programa era a criação de infraestrutura de captação e armazenamento de água de pequeno porte, em propriedades de pequenos agricultores [...]”. Foi nesse mesmo período que o sertão passou a ser denominado semiárido.⁵

Ao longo dos anos – desde a época do Brasil Colônia –, mais de 1 milhão de pessoas já havia morrido no semiárido em decorrência da seca. O ano de 1993 marca um novo ciclo para o povo sertanejo. Mais uma seca estava instalada, mas a reação popular

foi diferente. Em vez de ficar apenas esperando pelas ações emergenciais do Estado, a sociedade civil organizada ocupou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), cobrando do governo ações permanentes de desenvolvimento. Mais do que um movimento de reivindicação, esse foi um período de articulação de diversos atores, que se reuniram posteriormente no Fórum Nordeste, dando origem a diversos fóruns locais, a exemplo do Fórum Seca (PE), do Forcampo (RN) e da Articulação no Semiárido Paraibano. Em 1998, a sociedade civil ocupou novamente a Sudene, cobrando respostas do governo ao pleito de anos atrás.

Em 1993, a ocupação da sede da Sudene no Recife por mais de 400 trabalhadores e trabalhadoras rurais potencializou o papel e as reivindicações dos movimentos sociais frente ao Estado. Naquele ano, outra estiação atingia a região e os agricultores e agricultoras, assim como movimentos sociais atuantes na ocupação, pautavam a necessidade de políticas mais efetivas e estruturantes para fazer frente à situação em que se encontrava a população. Ainda em 1993, em decorrência da mobilização proporcionada pela ocupação da Sudene, mais de 300 entidades envolveram-se na organização do seminário “Ações Permanentes para o Desenvolvimento do Semiárido Brasileiro”, que teve como principal desdobramento a criação do Fórum Nordeste e a proposta de um “Programa de Ações Permanentes”. Este Fórum tornou-se um aglutinador das distintas organizações sociais que criticavam as ações de combate à seca e pleiteavam alternativas de convivência com o Semiárido (Porto, 2018, p. 32).

A agroecologia e a convivência com o semiárido

Entender esse contexto histórico é fundamental para compreender a relação entre as práticas de convivência com o semiárido e as práticas agroecológicas na região. Segundo Monteiro e Londres (2014), a agroecologia é uma ciência que aplica os princípios da ecologia para o estudo e manejo dos agroecossistemas, associando a isso o estudo dos sistemas agrícolas tradicionais e aproximando esses saberes do conhecimento desenvolvido pela pesquisa.

Já a convivência com o semiárido está baseada na crença de que para viver na região é preciso ter estratégias que permitam conviver com as secas, ao invés de enfrentá-las. Para Malvezzi (2007), o segredo da convivência com o semiárido passa pela produção e estocagem dos bens em tempos chuvosos para se viver adequadamente em tempos sem chuva.

Embora a convivência com o semiárido seja um conceito recente, o agrônomo José Guimarães Duque foi um grande defensor e estudioso do tema, e já apontava elementos que demonstram a semelhança com a agroecologia. Ele defendia o aproveitamento dos recursos naturais, afirmando existir uma interdependência entre solo, planta, clima e os demais seres vivos que estabelecem limites à atividade agrícola. Segundo ele, o desrespeito ao código não escrito na natureza produz efeitos imediatos ou tardios, sutis ou graves, conforme a intensidade da transgressão (DUQUE, 2001, p. 18 apud SILVA, 2004).

A ação das organizações fruto da Rede PTA passa a colocar em prática o que Duque

teorizou outrora. Organizações Não Governamentais (ONGs) como o Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Autônomas (Caatinga) e o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá, em Pernambuco; o Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (Sasop), na Bahia; o Centro de Agricultura Alternativa (CAA), em Minas Gerais; e a própria Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), com escritório no Rio de Janeiro e, posteriormente, na Paraíba, são algumas das precursoras do movimento agroecológico e que trabalham na região até os dias atuais, reforçando os princípios agroecológicos com base na convivência com o semiárido (PETERSEN e ALMEIDA, 2006).

De acordo com Monteiro e Londres (2013), o adensamento desse processo de experimentação em nível local, bem como o fortalecimento das organizações da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, além do crescimento das lutas reivindicatórias dos movimentos sociais do campo, deu origem a redes de abrangência regional. Um exemplo é a própria Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que congrega movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira que defendem a agroecologia como forma de garantia de direitos e de promoção de vida digna para pessoas do campo e da cidade; bem como a promoção de ações que visem fortalecer a produção da agricultura familiar e a construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural.

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) também é fruto dessas lutas. Com a sua ação centrada prioritariamente na

formação e mobilização social por meio da democratização da água, a ASA contribuiu não só para a desconstrução da imagem de região problema, como também para emancipação de mais de 1 milhão de famílias na região por meio das cisternas. Elas

têm impacto direto na saúde da família, aliviam o trabalho feminino de buscar água e produzem maior independência em relação ao carro-pipa; quando bem administradas, têm mudado a qualidade de vida das famílias no Semiárido (MALVEZZI, 2007).

Embora estejamos falando de uma região com certo grau de aridez, o semiárido brasileiro é o mais chuvoso do mundo, com uma pluviosidade de até 800 mm/ano.

É o Semiárido mais chuvoso do planeta: a pluviosidade é, em média, 750 mm/ano (variando, dentro da região, de 250 mm/ano a 800 mm/ano). É também o mais populoso, e em nenhum outro as condições de vida são tão precárias como aqui. O subsolo é formado em 70% por rochas cristalinas, rasas, o que dificulta a formação de mananciais perenes e a potabilidade da água, normalmente salinizada. Por isso, como veremos, a captação da água de chuva é uma das formas mais simples, viáveis e baratas para se viver bem na região. Há déficit hídrico. Mas essa expressão não significa falta de chuva ou de água. O grande problema é que a chuva que cai é menor do que a água que evapora. No Semiárido brasileiro, a evaporação é de 3.000 mm/ano, três vezes maior do que a precipitação. Logo, o jeito de agasalhar a água de chuva é fundamental para aproveitá-la (MALVEZZI, 2007, p. 10).

Isso tem demonstrado o quanto a água é vital para a manutenção da qualidade de vida e para o fortalecimento da agroecologia na região. A simples condição de ter água ao lado de casa vem provocando os camponeses e camponesas a refletirem sobre a sua real capacidade de convivência, garantindo-lhes autonomia e coragem para experimentar novas formas de produção, em alinhamento com o que propõe a agroecologia. Experiências de captação de água de chuva para produção de alimentos, a exemplo de cisternas-calçadão, barragens subterrâneas, tanques de pedras etc., têm permitido a criação de pequenos animais, o cultivo de roçados e hortas, de plantas ornamentais e medicinais no quintal de casa, e a conservação e troca das sementes crioulas.

Estes homens e mulheres aprenderam a arte de conviver com o meio ambiente olhando os ciclos das chuvas e das secas, o comportamento das plantas, dos animais e as características do clima e do solo. Neste movimento, foram múltiplas as iniciativas e estratégias construídas pelas famílias para suprir suas necessidades, sobretudo para a garantia do acesso à água e aos alimentos (BARBOSA e BAPTISTA, 2014).

É importante destacar que isso não significa que a centralidade das práticas agroecológicas no semiárido esteja unicamente nas tecnologias sociais, sendo elas acessíveis ou não, mas sim pautada numa lógica de vida, produção e desenvolvimento alinhada com a descentralização de bens, com foco na partilha, na justiça e na equidade, querendo bem à natureza e cuidando

de sua conservação. Nesse sentido, é fundamental estocar: água (para beber, cozinhar, plantar, dessedentar os animais, para o meio ambiente e para o uso comunitário), alimentos (grãos, e feno e silagem para os animais) e sementes (vegetais e animais) (BARBOSA e BAPTISTA, 2014).

Mesmo com toda essa mudança de concepção expressa pela convivência com o semiárido e reforçada pela agroecologia como ciência e modo de vida, os desafios para o povo sertanejo continuam latentes. O agro e hidronegócio se fazem cada vez mais presentes na região, seja por meio da transposição do Rio São Francisco ou da Transnordestina. O III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA),⁶ realizado em 2014, em Juazeiro (BA), mostrou claramente essas disputas existentes nos territórios. No caso do semiárido, três tiveram destaque: o semiárido mineiro, que vem sofrendo com a monocultura do eucalipto; o sertão do Araripe, com o polo gesseiro; e a Chapada do Apodi, com projetos de irrigação e uso desenfreado de agrotóxicos.

Os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENA) têm sido importantes espaços de troca de conhecimento sobre as inovações dos agricultores e agricultoras, além de espaços de fortalecimento de uma ação mais integrada e em rede. Esse espaço também tem permitido o aprofundamento de questões que ainda são desafiadoras para o movimento agroecológico, como a permanência da juventude no campo e os temas correlatos, como a sucessão rural; a violência contra as mulheres, uma realidade cada vez mais frequente no campo; e o enfrentamento do agro e hidronegócio.

Essas trocas, também chamadas de intercâmbios, sempre foram relevantes na

construção do conhecimento agroecológico. Ainda no início do movimento pela agroecologia no Brasil, as redes de inovação existentes, baseadas no Movimento Camponês a Camponês, deram início à promoção de intercâmbios entre agricultores. Segundo Monteiro e Londres (2017), “esse método de comunicação horizontal potencializou enormemente os processos sociais de inovação tecnológica”. Olhando para a realidade do semiárido de 2007 até os dias atuais, 53.515⁷ homens e mulheres participaram de intercâmbios municipais e estaduais.

A história de luta, resistência, desafios e aprendizados do povo sertanejo também tem sido espelho para regiões áridas e semiáridas no mundo. Apenas em 2018, por meio de uma ação em conjunto com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), cerca de 50 pessoas, entre homens e mulheres, estão levando suas experiências para o Corredor Seco da América Central e para a região do Sahel, na África. Alguns agricultores e agricultoras dessas regiões, além de técnicos de organizações que prestam assessoria, também têm visitado o semiárido brasileiro para conhecer de perto as experiências de organização social, de captação e manejo da água e de produção de alimentos agroecológicos, numa demonstração de que a língua não representa uma barreira para o aprendizado e a adaptação de técnicas de cultivo e de manutenção da vida em regiões semelhantes ao nosso sertão.

Sem feminismo não há agroecologia

“Sem feminismo não há agroecologia.” Essa frase é repetida com frequência pelas mulheres sertanejas organizadas em torno

da agroecologia. Mais do que um chamado, demonstra como a agroecologia tem contribuído para estabelecer novas relações de gênero no campo.

Não é preciso viver no meio rural para reconhecer que o machismo e o patriarcado têm muito mais força na região. As mulheres não têm direito à terra dos pais; deixam a escola cedo para casar ou para ajudar os pais na lavoura; historicamente são as responsáveis pelo lar e, conseqüentemente, por garantir água para a família; se permanecem solteiras, são malvistas pela comunidade; quando casam, são eternas ajudantes dos maridos, mesmo dividindo-se entre o trabalho na agricultura e o trabalho doméstico, somando muito mais horas de trabalho que os homens. Enfim, ser mulher no sertão torna a condição de vida ainda mais difícil, quando não invisível.

Segundo Pacheco (2003),

embora elas participem de numerosas atividades agrícolas e extrativas em dupla ou tripla jornada, a invisibilidade de seu trabalho permanece. Quando mulheres e crianças realizam o mesmo trabalho que o homem, é comum dizer-se que estão “ajudando”.

Apesar de esse debate na agroecologia ser bem mais recente do que os demais pensamentos que consolidaram essa ciência, quanto mais essas questões são visibilizadas, mais se fortalecem a releitura dos papéis e a construção de novas relações entre homens e mulheres.

Desde 2010, um grupo de mulheres do semiárido paraibano passou se reunir anualmente na Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia.⁸ Organizada pelo Polo da Borborema, que reúne 14 sindicatos rurais, e pela AS-PTA, a marcha saiu de 900 para 5 mil mulheres no último ano, reforçando a importância das mulheres e do seu trabalho na agricultura familiar e camponesa.

Esse não é o único movimento nesse sentido. A Marcha das Margaridas é um movimento feminista do campo, de âmbito nacional, surgido no início dos anos 2000 com caráter formativo, de denúncia e pressão em torno da pauta

de gênero, tendo inclusive contribuído na proposição e no controle social de políticas públicas para as camponesas, como a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo),⁹ em agosto de 2012 (KALIL e MARRA, 2016).

Nas últimas edições, a Marcha das Margaridas pautou o desenvolvimento rural sustentável e inclusivo, associado à agroecologia, colocando o enfrentamento ao atual sistema alimentar na centralidade do debate.

A Marcha das Margaridas identifica na agroecologia um caráter político muito importante, sendo diretamente associada ao feminismo, à emancipação feminina e ao combate a todas as formas de violência e opressão contra as mulheres (KALIL e MARRA, 2016).

Nas últimas edições, a Marcha das Margaridas pautou o desenvolvimento rural sustentável e inclusivo, associado à agroecologia, colocando o enfrentamento ao atual sistema alimentar na centralidade do debate.

Economia que transforma vidas

Produzir agroecologicamente passou a ser um diferencial para os agricultores e agricultoras do semiárido. Apesar de a agroecologia exigir bastante investimento de tempo, dedicação e mudança em alguns modos de plantio enraizados culturalmente, como a queimada e o monocultivo, com o tempo, os agroecossistemas, além de garantirem a segurança alimentar e nutricional das famílias, possibilitam a comercialização do excedente em mercados de circuito curto,¹⁰ gerando renda para os camponeses.

A primeira feira agroecológica no Brasil foi criada em 1997, no Recife, capital pernambucana, e existe até os dias atuais. Atualmente, já são mais de 20 feiras agroecológicas¹¹ apenas em Pernambuco, sem contar as feiras de produtos orgânicos, numa demonstração de que a cidade também se interessa pelo que é produzido no campo, e, mais que isso, está interessada em saber a procedência do que consome.

É também da mesma década o início da criação de um aparato legislativo para regulação da produção e da comercialização de produtos gerados nos termos de uma matriz orgânica (ARAÚJO, 2015, p. 269).

Em 2012, fruto da luta de organizações sociais e do movimento agroecológico, o governo instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo), com o objetivo de “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso

sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis”.

Somam-se a isso políticas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), exemplos de como o Estado também pode incentivar e contribuir para a valorização da economia local e geração de renda no campo. João Ribeiro é agricultor em Bom Jardim (PE). Numa área de 5 hectares, dividida entre roçado, agrofloresta, quintal produtivo e criação de pequenos animais, ele possui mais de 150 espécies. Toda essa diversidade garantiu que, em 2015, ele comercializasse mais de 8 mil reais em produtos para o PAA (ASA, 2018).

Hoje é possível ver, nos quatro cantos do semiárido, experiências que ratificam o quanto a economia familiar é emancipadora, permitindo que milhares de pessoas tenham segurança alimentar, produção diversificada e renda aliadas à preservação do meio ambiente. No semiárido baiano, a Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc) é um exemplo do quanto a organização familiar e comunitária aliada ao extrativismo e valorização de frutas nativas – neste caso, o umbu e o maracujá da caatinga – promove a transformação na vida das famílias agricultoras, em especial das mulheres, e garante a permanência das pessoas no campo.


No início, a coleta do umbu era feita pelas mulheres e vendida a preços muito baixos, mas, com o apoio de organizações como o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irapaa), elas despertaram para a valorização do fruto por meio do beneficiamento. Em 2005, quando foram construídas 15 minifábricas nas comunidades e uma

fábrica central em Uauá, os grupos de mulheres viram a oportunidade de melhorar a qualidade e aumentar a produção. Daí em diante, o negócio cresceu, os homens se interessaram e também se engajaram na cooperativa. Atualmente, dezenas de famílias têm sua renda baseada na produção da cooperativa.

Como explicita Paixão (2007),

[...] a economia familiar tem sido, para o campo (mas não só), apontada como uma das grandes oportunidades de inclusão dos produtores familiares de recursos escassos, sobretudo os mais humildes, na periferia do processo de exclusão social, agregando as noções de diversidade, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, cidadania e participação, enquanto valores contrários à lógica da globalização e da padronização.

A Coopercuc, além da renda, prima pela capacitação e pelo fortalecimento dos seus sócios e sócias. Hoje, 450 famílias e 18 comunidades estão envolvidas na produção de doces, sucos, geleias, compotas e polpas, que compõem a linha Graveteiro da cooperativa. Os produtos que possuem o selo FLO Fair Trade e Certificação Orgânica são reconhecidos no mercado nacional e já foram exportados para países como França, Áustria, Alemanha e Espanha.

“A Coopercuc tem um reconhecimento não só pelo fato de ser cooperativa, mas por ser um instrumento de transformação social aqui na região, e também pelos espaços onde estamos e do mercado que conseguimos alcançar graças à organização coletiva”, ratifica a presidente da cooperativa, Denise Cardoso dos Santos. 



Fernanda Cruz

É jornalista, graduada pela Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), e trabalha há 15 anos no campo da comunicação popular como estratégia para o desenvolvimento rural e para a convivência com o semiárido. Atualmente, integra a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA).

 **Referências**

- III ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. Anais. Rio de Janeiro: ANA, 2014.
- ARAÚJO, T. et al. *Feiras Agroecológicas – institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar*. Instituto de Desenvolvimento do Trabalho e Núcleo de Economia Solidária da UFPE, 2015.
- BARBOSA, A.; BAPTISTA, N. *A convivência com o semiárido como condição sine qua non para a produção sustentável de alimentos na região*. Realidade, desafios e perspectivas. Disponível em: <<http://www.osemiaridoebelo.com/2014/09/a-convivencia-com-o-semiarido-como.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm>. Acesso em: 1 out. 2018.
- BROCHARDT, Viviane dos Santos. *Comunicação popular na construção de políticas de acesso à água no semiárido: a experiência da ASA*. Brasília: UnB, 2013.
- BURSZTYN, M. *O poder dos donos – planejamento e clientelismo no Nordeste*. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.
- Caderno de Experiências Agroecológicas em Pernambuco*. Recife: ASA, 2018.
- FURTADO, Celso. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. In: ____ et al. *O pensamento de Celso Furtado e o Nordeste hoje*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Banco do Nordeste do Brasil, 2009.
- KALIL, L.; MARRA, C. *As contribuições da Marcha das Margaridas para o avanço da pauta agroecológica no Brasil*. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/18433/13292>>. Acesso em: 1 out. 2018.

MALVEZZI, R. *Semiárido: uma visão holística*. Brasília: Confea, 2007.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Para que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. et al. *A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil – uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Ipea, p. 53-83, 2017.

PACHECO, M. E. A questão de gênero no desenvolvimento agroecológico. Encontro Nacional de Agroecologia, Rio de Janeiro, Anais... Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003.

PAIXÃO, Clodoaldo Almeida. *Economia familiar*. Disponível em: <http://www.moc.org.br/download/eco_fam.pdf>. Acesso em: 1 out. 2018.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. de. *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA*. Rio de Janeiro: Aspta (mimeo), 2006.

PORTO, S.; FROEHLICH, G. *Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) – sistematização da experiência de convivência com o semiárido*. ASA, 2018.

SILVA, M. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido – transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. *Série BNB Teses e Dissertações*, n. 12, 2008.

VEZZANI, F. M. et al. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.



Notas

- 1 Atualmente, cerca de 27 milhões de pessoas vivem no semiárido, que ocupa 1,03 milhão de km². Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/semi-arido-brasileiro>>. Acesso em: 20 set. 2018.
- 2 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=j_nZzqJbWGQ>. Acesso em: 8 dez. 2018.
- 3 Ver: <http://www.youtube.com/watch?v=oxoZOR_qhS0&ab_channel=RTVCaatingaUnivasf>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- 4 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=Z2DVrL_dEcl&ab_channel=FreiGilvanderLutapelaterraeporDireitos>. Acesso em: 16 dez. 2018.
- 5 Oficialmente, a primeira delimitação da região ocorreu em 1986, com o Polígono das Secas, mas o conceito técnico é decorrente de uma norma da Constituição Brasileira de 1988, mais precisamente do Artigo 159, que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).
- 6 Ver: <<http://enagroecologia.org.br/>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- 7 Disponível em: <<http://www.asabrazil.org.br/mapatecnologias/>>. Acesso em: 1 out. 2018.
- 8 Ver: <<http://aspta.org.br/2018/05/video-ix-marcha-pela-vida-das-mulheres-e-pela-agroecologia/>>. Acesso em: 2 out. 2018.
- 9 Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7794.htm>. Acesso em: 2 out. 2018.
- 10 Ainda não existe uma definição oficial no Brasil sobre circuito curto (CC), mas os representantes do setor agroalimentar na França têm utilizado o termo para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor.
- 11 Disponível em: <<http://www.centrosabia.org.br/feiras-agroecologicas>>. Acesso em: 30 set. 2018.